



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP/SP

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2019 DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO – CRP 06.

Aos Ilmos.(as) Srs.(as)

Presidente(a) e Diretores(as) Executivos(as) do

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 6ª Região/SP

Administração Regional de São Paulo - CNPJ: 37.115.433/0001-00

Rua Arruda Alvim, 89 - Jardim America, São Paulo – SP.

CEP: 05.410-020.

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa do
Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região –
CRP 06.

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **CRP 06** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis em 2019, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as informações contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e colaboradores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.2 METODOLOGIA	4
1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM	4
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO	4
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	5
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	6
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	7
2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS	8
2.2 MATRIZ DE RISCO	9
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS	10
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS	19
5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS.....	24
6. DIÁRIAS E JETONS	24
7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	26
8. LICITAÇÕES	27
9. OUTROS ASSUNTOS	28
10. CONCLUSÃO.....	28
6. DIÁRIAS E JETONS	15
7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	17
8. LICITAÇÕES.....	18
9. OUTROS ASSUNTOS.....	19
10. CONCLUSÃO	20

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a Diretoria do **Conselho Regional de Psicologia – CRP SP**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos no Exercício Social de 2019, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados. Por amostragem estratificada cientificamente, efetuamos testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e na revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos, sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgado necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nosso trabalho foi exclusivamente desenvolvido com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem consignados em suas Demonstrações Contábeis, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

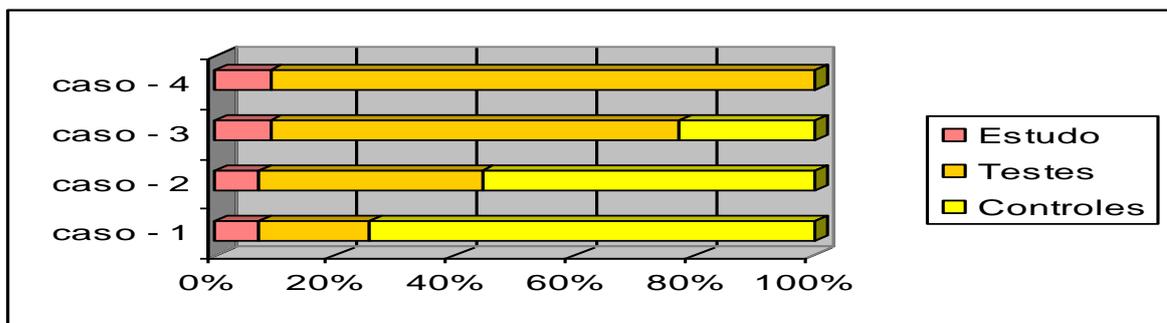
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

Gráfico de Estudo e Avaliação dos Controles Internos:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ Testes de Substância:

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

Auditoria das demonstrações contábeis/orçamentária:

- Circularização de saldo e/ou operações com terceiros (advogados, registrados, fornecedores, banco, etc);
- Revisão analítica das demonstrações contábeis;
- Discussões sobre contingências e análise de eventos ou transações relevantes e seus efeitos nas demonstrações contábeis;
- Revisão dos cálculos e valores das cotas transferidas ao Conselho Federal e Regionais;
- Revisão analítica mensal dos valores contábeis relativos às contas patrimoniais, de superávit e déficit.
- Teste de adições e baixas do ativo permanente;
- Verificação dos registros contábeis de acordo com o regime de Exercício, conforme artigo 35 da Lei n.º 4.320/64;
- Entrevistas com dirigentes e funcionários das áreas administrativas e operacionais do Sistema CFP/CRP;
- Verificação da liquidação subsequente (pagamentos e recebimentos);
- Análise da adequação dos procedimentos contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e instruções emanadas pelo Tribunal de Contas da União em seus diversos acórdãos (Instrução Normativa – Tribunal de Contas da União n.º 63 de 01/09/2010);
- Análise dos saldos na data base, para determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição e se estas têm relação com as atividades que constituem os objetivos do Sistema CFP/CRP.
- Teste documental das contas de despesas que não se correlacionam com as contas patrimoniais – teste de voucher, por exemplo – análise da documentação suporte,
- Exame de relatórios existentes;
- Acompanhamento de ações relativas ao encerramento do exercício, bem como os procedimentos legais inseridos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Verificação da documentação suporte;

- Verificação se os procedimentos dos registros contábeis atendem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e legislação aplicável;
- Verificação se os procedimentos contábeis de encerramento do exercício apresentam fidelidade e consonância com os registros das demonstrações contábeis mensais;
- Exame de conciliação das contas; Exame do balanço patrimonial e de suas demonstrações complementares, a fim de observar às normas legais e às principais técnicas na sua elaboração;
- Revisão das conciliações das contas;
- Verificação dos controles existentes;
- Revisão dos saldos finais;
- Análise dos saldos visando determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição.
- Outros procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações Contábeis/Orçamentárias.

Planejamento de Ações e Metas (Auditoria de Gestão)

- Verificação da execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira é correspondente ao planejamento anual;
- Verificação das alterações do planejamento se estão de acordo com a Proposta Orçamentária;
- Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos;
- Avaliação quantitativa e qualitativas da gestão.
- Outros Procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações da auditoria de gestão.

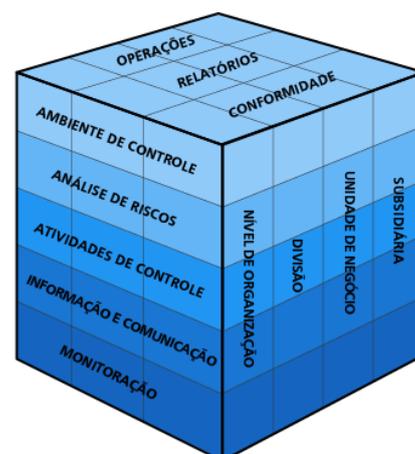
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:

- Ambiente de Controle
- Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- Atividade de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento



O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (CRP-06) é uma autarquia federal sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades profissionais no estado de São Paulo, em defesa da sociedade.

A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao Regional é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do Regional.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2019, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e consequentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos					
Orçamentário	Grande	5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante	4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado	3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno	2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante	1	1	2	3	4	5
Operacional			1	2	3	4	5
Gestão				2	3	4	5
Regulação					3	4	5
Processos						4	5
Licitações							5
Recursos Humanos							
Contábil							
Serviços							
Fornecedores							
Despesas							
Receitas							

Escala de Nível de Risco				
Níveis	Pontuação			
RC - Risco Crítico	13 a 25			
RA - Risco Alto	7 a 12			
RM - Risco Moderado	4 a 6			
RP - Risco Pequeno	1 a 3			

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem consequências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem consequências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa 67,1% do saldo total do ativo recebendo atributo de “alto risco” sob o ponto de vista de exposição ativa, apresentando uma variação positiva de R\$ 4.815.958,75, equivalentes a 27% de aumento em relação ao exercício anterior, portanto apresentando um “alto risco” também do ponto de vista quantitativo e do ponto de vista qualitativo.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	22.632.304,81	67,1	17.816.346,06	49,5	4.815.958,75	27,0
Caixa e Equivalentes de Caixa	15.409.950,24	45,7	16.881.758,75	46,9	-1.471.808,51	-8,7
Créditos a Curto Prazo	6.503.972,25	19,3	-	0,0	6.503.972,25	0,0
Contribuições a Receber	11.027.419,89	32,7	3.940.952,06	10,9	7.086.467,83	179,8
(-) Ajuste de Perdas de Créditos	-4.523.447,64	-13,4	-3.940.952,06	-10,9	-582.495,58	14,8
Demais Créditos a Curto Prazo	552.366,56	1,6	328.628,22	0,9	223.738,34	68,1
Estoques	166.015,76	0,5	172.592,17	0,5	-6.576,41	-3,8
VPD Pagas Antecipadamente	-	0,0	433.366,92	1,2	-433.366,92	-100,0

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujos saldos respondem por aproximadamente **90%** do total do disponível da Autarquia.

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

As “Aplicações de Liquidez Imediata” são representadas por fundos extramercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária (aplicados conforme Resolução nº 4.034/2011 do BACEN), registrado pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação de 100% dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

Além do estudo e avaliação efetuados na movimentação dos bancos, solicitamos confirmação dos saldos através de Carta Circularização às instituições financeiras custodiantes de ativos da autarquia.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que estão gravados adequadamente e com exatidão nas demonstrações contábeis.

3.1.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2019 e 2018, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber. Focamos nossos procedimentos sobre as contas de Anuidades de Pessoas Físicas, uma vez que apresentam maior volume de transações.

Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

- a. Registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiros dos profissionais inscritos no Conselho;
- b. Razão Contábil e documentação de controle da arrecadação e recolhimento das receitas, discriminando e segregando os exercícios de origem;
- c. Cálculos e remessas da Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções realizados pelo CRP's, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os do Conselho Federal;

- d. Relação contendo nome e números de registro no CRP de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido.
- e. Controle relativo à inadimplência, à inscrição da Dívida Ativa, à execução fiscal e renegociações de débitos/dívidas;
- f. Relação de contas/créditos de anuidade a receber em atraso por idade do crédito de até 30, 60, 90, 120, 180, 365 dias; e, 2, 3, 4, e 5 anos, respectivamente, bem como renegociações de débitos/dívidas ocorridas no exercício.

✓ **Constatações**

Mister consignar que dos documentos acima solicitados, obtivemos resposta tão somente em relação ao item “c”. Não obstante a escassez de fonte de informações para análise, a partir da expertise de nossos auditores, foi possível identificar possíveis achados de auditoria, sobre os quais passaremos a discorrer.

Os valores relacionados às Anuidades a Receber figuram nas seguintes contas do Balanço Patrimonial:

CONTAS	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	0,00	96.946.405,73	90.442.433,48	6.503.972,25D
Anuidades do Exercício Pessoa Física	3.806.549,62D	46.437.515,84	39.724.586,05	10.519.479,41D
Anuidades do Exercício Pessoa Jurídica	122.061,08D	1.431.273,00	1.207.511,02	345.823,06D
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3.940.952,06C	48.328.560,24	48.911.055,82	4.523.447,64C
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	11.646.017,09D	15.599.630,39	22.396.812,97	4.848.834,51D
Anuidades de exercícios anteriores	22.552.466,54D	3.940.952,06	5.944.548,96	20.548.869,64D
Créditos de Dívida Ativa Administrativa a receber a longo prazo	6.187.262,70D	0,00	1.168.878,09	5.018.384,61D
Créditos de Dívida Ativa Executiva a receber a longo prazo	11.640.558,16D	222.902,91	604.299,22	11.259.161,85D
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Admin a longo prazo	27.596.782,02C	6.982.292,61	10.541.087,04	31.155.576,45C
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Executiva a longo prazo	1.137.488,29C	512.530,75	197.047,60	822.005,14C

Como se observa, o saldo inicial de créditos a receber era inexistente, refletindo que eram estimadas Perdas na realização de todo o valor exigível, proporção que nos parece superdimensionada. Já no exercício sob análise, as perdas estimadas para as contas do Circulante representam 41% do valor a receber. Ou seja, do total de R\$ 11.027.419,89 de Créditos a Receber no curto prazo, o Regional estima uma inadimplência no montante de R\$ 4.523.447,64. A mudança na política e na metodologia para dimensionar as perdas estimadas foi recomendação do Relatório de Auditoria de 2018.

Ratificamos que não tivemos acesso à Memória de Cálculo para mensuração das Perdas Estimadas, de forma que ficamos impossibilitados de opinar acerca da metodologia utilizada pelo Regional para reconhecimento das Perdas. Sobre o assunto, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP 8ª Ed) orienta:

Destaca-se que, a depender de limitações operacionais ou de sistemas, os entes da Federação poderão adotar metodologia distinta da apresentada neste Manual para a contabilização da Dívida Ativa e de seus ajustes para perdas. Nestes casos, contudo, a motivação e a metodologia de

contabilização deverão ser apresentadas em Notas Explicativas. Ademais, a política contábil de registro deverá ser consistente, dando transparência a eventuais mudanças em metodologias que justifiquem a sua revisão.

Acerca da “consistência” da política contábil utilizada para a mensuração das Perdas, enfatizamos, que não foram apresentadas as informações solicitadas, o que nos impede de concluir pela consistência das premissas utilizadas. Comparativamente, em relação aos demais Regionais do CFP, o índice utilizado pelo Conselho de Psicologia da 6ª Região, de aproximadamente 41% dos Créditos a Receber, encontra-se dentro de uma margem de razoabilidade. Essa constatação realizada através de *benchmark*, embora não elimine o risco de distorção, reduz sobremaneira a possibilidade de desvios excessivos na metodologia aplicada.

As contas de créditos a receber e dívida ativa do Não Circulante e suas retificadoras, as Perdas Estimadas, se mostraram desproporcionais, pelo menos na forma como vêm sendo contabilizado. Replicamos abaixo a configuração dessas contas constam no Balancete:

CONTAS	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	11.646.017,09D	15.599.630,39	22.396.812,97	4.848.834,51D
Anuidades de exercícios anteriores	22.552.466,54D	3.940.952,06	5.944.548,96	20.548.869,64D
Créditos de Dívida Ativa Administrativa a receber a longo prazo	6.187.262,70D	0,00	1.168.878,09	5.018.384,61D
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Admin a longo prazo	27.596.782,02C	6.982.292,61	10.541.087,04	31.155.576,45C
Créditos de Dívida Ativa Executiva a receber a longo prazo	11.640.558,16D	222.902,91	604.299,22	11.259.161,85D
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa Executiva a longo prazo	1.137.488,29C	512.530,75	197.047,60	822.005,14C

A partir das informações constantes no quadro acima, pode-se perceber que o valor da Provisão¹ para Perdas de Dívida Ativa Administrativa (R\$ 31.155.576,45) supera em 600% a quantia de créditos recebíveis a esse título, já a provisão para Dívida Ativa Executiva representa apenas 7% do saldo realizável.

Tal inconsistência, embora se manifeste na “forma” e não na “essência”, merece a devida atenção e saneamento, uma vez que a informação contábil deve-se revestir de clareza, característica qualitativa imprescindível para a apropriada apresentação das demonstrações contábeis.

Como informado no início deste tópico, não recebemos a relação contendo nome e números de registro no CRP de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido, o que limita o aprofundamento nas análises desses valores.

Da mesma forma, não foi possível obter evidência de que vem sendo reconhecida atualização monetária, juros, multas e outros encargos incidentes sobre os créditos inscritos em dívida ativa. Tais valores devem ser incorporados ao valor original inscrito, de acordo com o regime de competência.

¹ O termo provisão não deve remeter a elementos do ativo, como ajuste para perdas de recebíveis, por exemplo. (MCASP – 8ª Ed)

✓ **Opinião**

A partir dos testes de auditoria aplicados, e pelas constatações realizadas, e, ainda, considerando as limitações que tivemos para realizar uma análise minuciosa sobre os saldos apresentados, concluímos que não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os saldos de Créditos a Receber encontram-se livres de distorção relevante. Em verdade, as constatações apontam para a existência de fragilidades nos controles internos existentes. E as distorções existentes, caso haja, são relevantes, já que envolvem quantias representativas da exposição patrimonial do Regional, e generalizadas, pois envolvem informações de natureza orçamentária, financeira e patrimonial. No caso das informações patrimoniais, essas constam tanto na parcela Circulante como Não Circulante do Balanço Patrimonial.

3.1.3 DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER EM CURTO PRAZO

Este saldo representa **1,6%** da exposição ativa e registra uma variação positiva de **R\$ 223.738,34**, equivalentes a um aumento de **68,1%** em relação ao exercício anterior. O saldo do grupo é composto pelos Adiantamentos Concedidos a Pessoal, Tributos a Recuperar, Créditos por Descentralização de Prestação de Serviços e pelos Depósitos Restituíveis, conforme demonstrado abaixo:

ATIVOS	SALDOS				Variação 2019 x 2018	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	22.632.304,81	67,1	17.816.346,06	49,5	4.815.958,75	27,0
Demais Créditos a Curto Prazo	552.366,56	1,6	328.628,22	0,9	223.738,34	68,1
Adiantamentos Concedidos a	288.459,93	0,9	112.536,74	0,3	175.923,19	156,3
Tributos a Recuperar	16.437,40	0,0	1.707,29	0,0	14.730,11	862,8
Créditos por Descentralização de	40.697,63	0,1	17.249,98	0,0	23.447,65	135,9
Depósitos Restituíveis	206.771,60	0,6	197.134,21	0,5	9.637,39	4,9

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Confrontamos de modo comparativo os valores de 2019 e 2018, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais.

✓ **Constatações**

Não recebemos os controles auxiliares do Departamento de Recursos Humanos que comprovem a regularidade dos saldos registrados no grupo **Adiantamentos Concedidos a Pessoal**. O valor do grupo é composto por saldos de Adiantamento de Férias, Auxílio-Doença, Vale Transporte e Vale Refeição. Acreditamos que o maior risco relacionado aos valores que transitam por essas contas reside na possibilidade não realização do devido Ajuste de Contas quando da demissão de funcionários. Conforme destacamos, os controles disponibilizados para análise não nos possibilitam obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os saldos mantidos a esse título se encontram livres de distorção relevante. Não obstante, as distorções, caso haja, não são relevantes para o todo das demonstrações contábeis.

Não recebemos controle acerca da prescritibilidade dos **Tributos a Recuperar**: ao analisar a movimentação ocorrida nas contas, é possível constatar que a maior parte do saldo registrado

no término do exercício se origina de movimento devedor no próprio exercício. Portanto, a possibilidade de haver saldos indevidos nas contas é inexistente, pois os valores a recuperar geralmente tem validade quinquenal.

Em relação aos saldos constantes no grupo **Depósitos Restituíveis**, confrontamos as informações das Demonstrações Contábeis em contraposição ao Relatório disponibilizado pela Assessoria Jurídica do Regional, chegando às seguintes conclusões:

Processos Registrados na Contabilidade e no Relatório do Jurídico

Descrição	Valor
1.1.3.5.1.05 - Depósito Judicial (Maria Ednalva da Silva Andrade)	2.000,00D
1.1.3.5.1.08 - Depósito Judicial (Ana Carolina Iazigi Haidar)	10.000,00D
1.1.3.5.1.09 - Depósito Judicial (Marilene Rodrigues de Santana)	10.000,00D
1.1.3.5.1.13 - Depósito Judicial (Ivanilda Fimino de Souza)	20.000,00D
1.1.3.5.1.14 - Depósito Judicial (Julio Cesar Pecorari)	7.000,00D
1.1.3.5.1.15 - Depósito Judicial (Edilberto Carvalho dos Santos)	0,00
1.1.3.5.1.17 - Depósito Judicial (Marcos Roberto Paulo)	27.337,63D
1.1.3.5.1.19 - Depósito Judicial (Dario Dapper Soares)	12.000,00D
1.1.3.5.1.24 - Depósito Judicial (Andreia Dias Cordeiro Morais)	28.846,02D
1.1.3.5.1.26 - Depósito Judicial (Jair Falango)	9.513,16D
TOTAL	126.696,81D

Processos Registrados na Contabilidade que não constam no Relatório do Jurídico

Descrição	Valor
1.1.3.5.1.03 - Depósito Judicial (Márcia Augusto Barroso)	679,04D
1.1.3.5.1.04 - Depósito Judicial (Carlos Alberto P. Ilinski)	5.621,90D
1.1.3.5.1.06 - Depósito Caução Como Garantia de Locação de Imóvel	23.500,00D
1.1.3.5.1.07 - Depósito Judicial (Neuza Rodrigues de Oliveira)	6.598,21D
1.1.3.5.1.11 - Depósito Judicial (Fernando da Cruz Barbosa)	1.426,83D
1.1.3.5.1.16 - Depósito Judicial (José Carlos dos Santos)	12.055,35D
1.1.3.5.1.18 - Depósito Judicial (Marcos Antonio Borges da Silva)	0,00
1.1.3.5.1.20 - Depósito judicial (Jose Antonio de Senna)	5.310,25D
1.1.3.5.1.23 - Depósito Judicial (Herminia Maria Lopes de Souza)	4.405,21D
1.1.3.5.1.25 - Depósito Judicial (Maria Aparecida Guimarães dos Santos)	9.789,00D
TOTAL	69.385,79D

Processos Registrados na Contabilidade com status "não houve depósito" no Relatório do Jurídico

Descrição	Valor
1.1.3.5.1.21 - Depósito judicial (Livia Felipe Dalberto)	1.500,00D
1.1.3.5.1.22 - Depósito Judicial (Neide Cardoso e Silva)	9.189,00D
TOTAL	10.689,00D

Processos com status "houve depósito" no Relatório do Jurídico e não registrados na Contabilidade

Descrição	Valor
1.1.3.5.1.21 - Depósito judicial (Fernando Palmieri dos Santos)	28.000,00D
1.1.3.5.1.22 - Depósito Judicial (José Carlos dos Santos)	9.189,00D
TOTAL	37.189,00D

Conforme se observa, as informações contábeis não refletem de maneira fidedigna a situação dos Depósitos Judiciais quando contrapostos ao controle auxiliar fornecido pela Assessoria Jurídica, o que revela a necessidade de conciliação dos saldos.

✓ **Opinião**

Inobstante as oportunidades de melhoria apontadas para os saldos que compõem o grupo, que sinalizam a necessidade de se aprimorarem os controles existentes, somos de opinião de que os saldos mantidos a esse título, guardadas as devidas ressalvas, não são relevantes para o todo das demonstrações contábeis.

3.1.4 ESTOQUES

Considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo não foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco atribuído. Trata-se de materiais destinados a consumo interno, material de expediente, material elétrico, material de proteção e segurança, dentre outros. Os materiais não são inventariados ao final do exercício.

✓ **Constatações**

A partir da constatação da existência da conta redutora intitulada “Ajustes de Perdas de Estoques” registrando saldo credor de R\$ 48.304,55 (no Balanço Patrimonial o saldo de Estoques é demonstrado já compensado desse ajuste²), realizamos o confronto da movimentação registrada pela contabilidade em contraposição ao Relatório de Estoque, onde detectamos as seguintes divergências:

Descrição	Razão	Controle	Diferença
Saldo Inicial	172.592,17	172.592,19	-0,02
+ Entradas (Débitos)	806.385,66	757.469,40	48.916,26
- Saídas (Créditos)	-764.657,52	-764.046,03	-611,49
Saldo Final	214.320,31	166.015,56	48.304,75

O ajuste de perdas de estoques³ compreende o *registro das perdas conhecidas em estoques e calculadas por estimativa, relativas a estoques deteriorados ou obsoletos e para dar cobertura a diferenças físicas, quando tais perdas não puderem ser baixadas das próprias contas, pelo fato de não estarem identificados os itens específicos e por constituírem estimativas.*

Conforme verificamos, a divergência encontrada originou-se pelo registro, na conta de Estoque, de valores que não ingressaram no controle do almoxarifado da entidade, provavelmente por se tratar de itens de consumo imediato e que dispensariam, portanto, o ônus do controle específico em contas de bens de consumo.

² O procedimento adotado está de acordo com a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

³ Macrofunção 020342 - AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS

✓ **Opinião**

Orienta-se que o Regional concilie os movimentos ocorridos no Almoxarifado em contraposição aos saldos contábeis, e implemente medidas administrativas para o registro tempestivo e concomitante nos sistemas.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Lei 11.638/07 e MP 499 já convertida na Lei 10.842/09. Precitado grupo representa **32,9%** da exposição ativa, apresentando um acréscimo de **R\$ 7.092.851,72** equivalentes a uma diminuição percentual de **39%** em relação ao exercício anterior, recebendo atributo de risco alto na “matriz de risco” que elaboramos no planejamento da auditoria.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

Especificação	SALDOS		Variação 2019 x 2018			
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	11.099.580,47	32,9	18.192.432,19	50,5	-7.092.851,72	-39,0
Créditos a Longo Prazo	4.848.834,51	14,4	11.646.017,09	32,3	-6.797.182,58	-58,4
Anuidades a Receber	20.548.869,64	60,9	22.552.466,54	62,6	-2.003.596,90	-8,9
Dívida Ativa Tributária	16.277.546,46	48,3	17.827.820,86	49,5	-1.550.274,40	-8,7
(-) Ajuste de Perdas de Créditos	-31.977.581,59	-94,8	-28.734.270,31	-79,8	-3.243.311,28	11,3
Imobilizado	6.094.878,46	18,1	6.369.914,49	17,7	-275.036,03	-4,3
Bens Móveis	3.191.132,21	9,5	2.802.748,84	7,8	388.383,37	13,9
Bens Imóveis	8.758.362,98	26,0	8.758.362,98	24,3	0,00	0,0
(-) Depreciação Acumulada	-5.854.616,73	-17,4	-5.191.197,33	-14,4	-663.419,40	12,8
Intangível	155.867,50	0,46	176.500,61	0,5	-20.633,11	0,0
TOTAL	33.731.885,28		36.008.778,25		-2.276.892,97	-6,3

3.2.1 ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

As constatações relativas aos saldos do Realizável a Longo Prazo foram consignadas no item 3.1.2.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

O ativo imobilizado representa **18,1%** do saldo total do ativo recebendo atributo de risco relativo sob o ponto de vista de exposição ativa, e responde por um decréscimo de **4,3%** das transações que compõem a variação negativa de **R\$ 275.036,03**, constatada no exercício sob exame, portanto apresentando risco relativo do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo.

O Imobilizado do Regional encontra-se distribuído nas seguintes Classes:

Classes	Saldo Contábil	Saldo Patrimônio	Diferença
IMOBILIZADO	11.949.495,19D	9.684.727,56D	2.264.767,63D
BENS MÓVEIS	3.191.132,21D	3.184.902,21D	6.230,00D
Equipamentos de Informática	1.231.718,14D	1.232.847,14D	1.129,00D
Mobiliário em Geral e Utensílios	1.235.079,76D	1.234.994,36D	85,40D
Máquinas, Motores e Aparelhos	724.334,31D	717.060,71D	7.273,60D
BENS IMÓVEIS	8.758.362,98D	6.499.825,35D	2.258.537,63D
Edifícios*	7.219.033,42D	0,00	0,00
Benfeitorias*	1.539.329,56D	0,00	0,00
INTANGÍVEL	155.867,50D	155.867,50D	0,00
SOFTWARES	294.297,97D	294.297,97D	0,00
Progr. de Informática (Software)	294.297,97D	294.297,97D	0,00

*A planilha de controle de Bens Imóveis não segrega por grupos (Edifícios e Benfeitorias), todos os itens são demonstrados em um único controle.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Para validar os valores constantes em Demonstrações Contábeis, selecionamos pelo razão contábil alguns lançamentos consignados a débito e a crédito do saldo do grupo, atentando para apropriação das aquisições, no que tange à integridade e posse dos bens, à fidelidade da documentação, à titularidade e propriedade dos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e ao tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos mínimos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ **Constatações**

Quando confrontados os saldos constantes em Balancete com os controles auxiliares mantidos pelo Regional, foram encontradas as divergências demonstradas na coluna “Diferença” da Tabela acima. Os saldos de Bens Móveis e do Intangível foram obtidos da planilha denominada *Relação de Bens Móveis por Tipo de Bem*, já os valores de Bens Imóveis foram consultados na *Relação de Bens Imóveis*.

As divergências encontradas apontam para a necessidade de se aprimorarem os controles internos existentes relacionados à gestão do Patrimônio da Entidade, notadamente no que tange ao seu acervo imobiliário, onde foram encontradas as maiores divergências.

Confrontamos a movimentação à débito registrada nas contas de Imobilizado com as Despesas de Capital – Investimento – Equipamentos e Materiais Permanentes constantes em Balanço Orçamentário. O movimento devedor nas contas patrimoniais geralmente corresponde ao volume de aquisições de material permanente – despesa liquidada (salvo nos casos de lançamentos contábeis de “ajustes”). A divergência encontrada foi o total de R\$ 85.249,42, obtida a partir da diferença entre R\$ 390.738,01 (movimento devedor – balancete) e R\$ 305.488,59 (despesas de capital – balanço orçamentário). As contas do Intangível não apresentaram divergências.

Constatamos em consulta ao Livro Completo de Inventário de Bens Móveis nº 4/2020 que parte considerável do acervo imobiliário do Regional encontra-se sob a responsabilidade de “Todos os Colaboradores desta Sede”. Esse tipo de classificação, deveras genérica, impede a identificação do real responsável pela guarda do material, e dificulta a elucidação de responsabilidades, quando necessário.

Ressaltamos que não foram recebidos os Termos de Responsabilidade devidamente assinados pelos Detentores de Material, e que o Parecer apresentado pela Comissão Inventariante é inconclusivo em relação à situação do Patrimônio do CRP/SP, não se posicionando efetivamente pela regularidade ou não do Imobilizado. Frise-se, ainda, que o Parecer não encontra-se assinado pelos membros da Comissão.

✓ **Opinião**

Por todas as fragilidades observadas e consignadas acima, somos de opinião que os controles existentes não são suficientes para garantir a fidedignidade dos saldos constantes em Balanço Patrimonial quando confrontados com as informações obtidas. E que representam risco de distorção relevante, já que as divergências são significativas para o total dos saldos do Imobilizado e de resto da exposição ativa do Regional.

Recomenda-se, ainda, envidar esforços para registrar as depreciações com base no estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R1) – Ativo Imobilizado, de que trata a CPC 27.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **7,3%** do saldo total do passivo recebendo atributo de baixo risco sob o ponto de vista de exposição patrimonial passiva, apresentando uma variação negativa de **R\$ 1.049.921,49**, equivalentes a uma diminuição de **29,9%** em relação ao exercício anterior comparado a este sob exame, portanto apresentando baixo risco do ponto de vista de volume quantitativo e qualitativo transacionado.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
PASSIVO CIRCULANTE	2.461.478,49	7,3	3.511.399,98	9,8	-1.049.921,49	-29,9
Obrigações Trab. Prev. Assist. a CP	1.270.279,28	3,8	0,00	0,0	1.270.279,28	100,0
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	8.000,93	0,0	71.850,19	0,2	-63.849,26	-88,9
Obrigações a Outros Entes	80.425,61	0,2	68.281,64	0,2	12.143,97	17,8
Provisões a Curto Prazo	104.426,00	0,3	1.737.755,72	4,8	-1.633.329,72	0,0
Demais Obrigações	998.346,67	3,0	1.633.512,43	4,5	-635.165,76	-38,9

4.1.1 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do CRP/SP.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social – GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ **Constatações**

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados até a data de vencimento, não gerando juros e multa. Verificamos que o processo de pagamento está de acordo com as normas, devidamente autorizado e assinado.

✓ **Opinião**

Após aplicarmos os testes chegamos à conclusão de que o INSS e o FGTS estão sendo apurados corretamente e que os controles internos aderentes aos saldos mantidos nesta rubrica nos pareceram suficientes.

4.1.2 OBRIGAÇÕES A OUTROS ENTES

✓ **Constatações**

O saldo é composto pelos valores de consignações realizadas diretamente em Folha de Pagamento em desfavor dos funcionários, cujo repasse deve ser realizado oportunamente para as entidades consignatárias (INSS a Recolher, Contribuição Sindical, Assistência Odontológica, Seguro de Vida e Assistência Médica).

Pelo estudo da movimentação ocorrida nas contas, é possível constatar que não há “entesouramento” desses valores, sendo que os repasses às entidades consignatárias são realizados tempestivamente.

4.1.3 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Encaminhamos Carta de Circularização solicitando Relatório do Departamento Jurídico, firmado por advogado constando número de registro na OAB acompanhado com respectiva certidão de regularidade profissional, contendo discriminação das demandas judiciais nas quais figure o CRP/CFP conforme o caso como Autora ou Ré, informando, Data, N° do Processo, Parte Litigante, Motivo, Valor da Causa, Valor de Provável Acordo, e Parecer acerca das expectativas da sentença, classificando em Provável, Possível e ou Remota probabilidade de desfecho desfavorável para o contratante conforme NBC-TG-25.

✓ **Constatações**

De acordo com norma NBC-TG-25, foi realizada a classificação das Ações de acordo com a etapa do processo, em remota, possível e provável, conforme quadro abaixo.

Causas com desfecho “POSSÍVEL”

Processo	Desfecho	Valor (R\$)
Processo nº 0018341.73.2009.4.03.6100 – 15ª Vara Cível	Possível	1.000,00
Processo nº 0001705-41.2014.403.6105 – 6ª Vara Federal	Possível	5.000,00
Processo nº 0012271-74.2008.4.03.6100 – 24ª Vara Federal	Possível	85.868,28
Processo nº 0009345-28.2005.4.03.6100 – 23ª Vara Cível	Possível	71.999,30
Processo nº 0001299-74.2010.4.03.6100 – 24ª Vara Cível	Possível	24.720,00
Processo nº 0015986-85.2012.4.03.6100 – 14ª Vara Cível	Possível	1.000,00
Processo nº 5005494-91.2018.4.03.6114 – 3ª Vara Federal	Possível	21.812,71
Processo nº 00030385520115020001 – 1ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	27.200,00
Processo nº 00028808620125020058 – 58ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	24.000,00
Processo nº 00021203120135020082 – 82ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	28.000,00
Processo nº 00012370820135020075 – 75ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	27.000,00
Processo nº 00018634820155020013 – 13ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	5.000,00
Processo nº 00125861720155150094 – 7ª Vara de Campinas (Trab.)	Possível	36.411,92
Processo nº 00013054820155020087 – 87ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	50.000,00
Processo nº 00016952820155020019 – 18ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	35.000,00
Processo nº 10000511920155020056 – 56ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	32.000,00
Processo nº 00101223820165150109 – 3ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	42.634,34
Processo nº 10003898620165020434 – 4ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	90.000,00
Processo nº 00115360620155150045 – 2ª Vara de SJC (Trabalhista)	Possível	48.190,02
Processo nº 1000374-50.2017.5.02.0445 – 5ª Vara de Santos (Trab)	Possível	38.000,00
Processo nº 00107226820165150009 – 1ª Vara de Taubaté (Trab)	Possível	50.000,00
Processo nº 1002113-09.2016.5.02.0020 – 11ª Vara de SP (Trabalhista)	Possível	400.000,00
TOTAL		1.144.836,57

Causas com desfecho “PROVÁVEL”

Processo	Desfecho	Valor (R\$)
Processo nº 00017663520125020019 – 19ª Vara SP (Trabalhista)	Provável	25.000,00
Processo nº 00030178720125020084 – 84ª Vara SP (Trabalhista)	Provável	25.000,00
Processo nº 0011748-32.2016.5.15.0032 – 2ª Vara de Campinas (Trab)	Provável	50.000,00
Processo nº 0011037-90.2017.5.15.0129 – 10ª Vara de Campinas (Trab)	Provável	3.000,00
Processo nº 10014009020185020011 – 11ª Vara de SP (Trabalhista)	Provável	65.673,91
Processo nº 1000786-93.2020.5.02.0018 – 18ª Vara de SP (Trab)*	Provável	80.000,00
Processo nº 1000135-88.2020.5.02.0009 – 9ª Vara de SP (Trabalhista)*	Provável	166.898,63
TOTAL		415.572,54

* Processos relativos ao exercício de 2020 (NBC TSP 14 - Evento Subsequente)

Constatamos que o saldo constante em Balanço Patrimonial relativos às provisões para contingências é de R\$ 104.426,00 e que esse montante se refere exclusivamente às demandas trabalhistas.

As duas causas prováveis em destaque, no montante de R\$ 246.898,63, referem-se as demandas protocoladas em 2020. Entretanto, seguindo a boa prática contábil, esses valores devem ser evidenciados, já que são conhecidos antes da divulgação das demonstrações contábeis, conforme preconiza a NBC TSP 14 – Evento Subsequentes e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP – 8ª Ed):

As estimativas dos resultados e efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da administração da entidade, complementados pela experiência de casos similares e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à divulgação das demonstrações contábeis.

Relativamente às causas “Possíveis”, que ensejariam Notas Explicativas, informamos que não recebemos as Notas do Regional para análise.

✓ **Opinião**

Somos de opinião de que os procedimentos atualmente adotados pelo Regional não estão de acordo com as melhores práticas contábeis atualmente aceitas. Por esse motivo, recomendamos que o Regional passe a adotar os critérios estabelecidos nos normativos já citados para melhor realizar o reconhecimento de seus Passivos Contingentes.

4.1.4 DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

✓ **Constatações**

Inicialmente, insta salientar que a denominação de contas ou grupo de contas que representem mais de 10% do saldo do grupo ao qual pertence não está em alinhamento à melhor técnica contábil, conforme preconiza o § 2º do Inciso V do Art. 176 da Lei 6.404/76:

Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

Superada a constatação acima, verificamos que a quase totalidade do saldo do grupo (R\$ 998.346,67) é composta por valores de Resto a Pagar. Constatamos que a integralidade dos saldos de Restos a Pagar inscritos no exercício de 2018, foram pagos até o dia 18 de março de 2019, indicando, portanto, que o saldo em 31 de dezembro se refere aos valores inscritos no exercício sob análise.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Solicitamos ao Regional o Controle de Contas a Pagar (Fornecedores), discriminando os saldos individuais por credor e por data de vencimento, a fim de obter evidência apropriada acerca do reconhecimento dos valores em Demonstrações Contábeis. Em razão do não recebimento do controle auxiliar solicitado, não foi possível analisar a possibilidade de ocorrência e a necessidade de ser reconhecer contabilmente possíveis encargos moratórios decorrentes do não pagamento tempestivo das obrigações.

✓ **Opinião**

Somos de opinião que as transações registradas nestas contas representam com fidedignidade a natureza dos fatos aos quais está relacionada.

4.2 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **92,7%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo), e, variou negativamente em **3,8%** em relação ao exercício anterior.

PASSIVO	SALDOS				Variação 2019 x 2018	
	Exercício Atual (R\$)	A/V (%)	Exercício Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)
TOTAL DO PASSIVO	2.461.478,49	7,3	3.511.399,98	9,8	-1.049.921,49	-29,9
Resultados Acumulados	31.270.406,79	92,7	32.497.378,27	90,2	-1.226.971,48	-3,8
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.270.406,79	92,7	32.497.378,27	90,2	-1.226.971,48	-3,8
TOTAL	33.731.885,28		36.008.778,25		-2.276.892,97	-6,3

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

Verificamos movimentos a débito na Conta Ajustes de Exercícios Anteriores, o que enseja a obrigatoriedade de constituição de Nota Explicativa específica sobre o assunto, conforme preconiza a Letra h, do inciso IV, § 5º do Artigo 176 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.941/09, entretanto, os motivos que ensejaram os ajustes registrados não foram consignados nas Notas divulgadas.

5. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS

Procedemos ao minudente exame das prestações de contas dos Suprimentos concedidos, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

De uma forma geral, não identificamos inconsistências que representam riscos significativos ao Conselho. Como sugestão de Boas Práticas a serem adotadas pela Autarquia, recomenda-se a capacitação do Pessoal envolvido com o processo de Suprimento de Fundos através de instruções, inclusive aos Agentes Supridos.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao assunto.

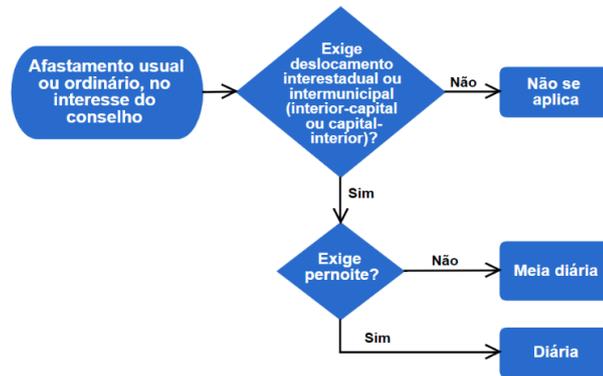
6. DIÁRIAS E JETONS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica “Diárias/Jetons – Conselheiros/Convidados”, avaliamos se o pagamento de Diárias, Jetons e Auxílio Representação estão de acordo com o Normativo emitido pelo Regional.

Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

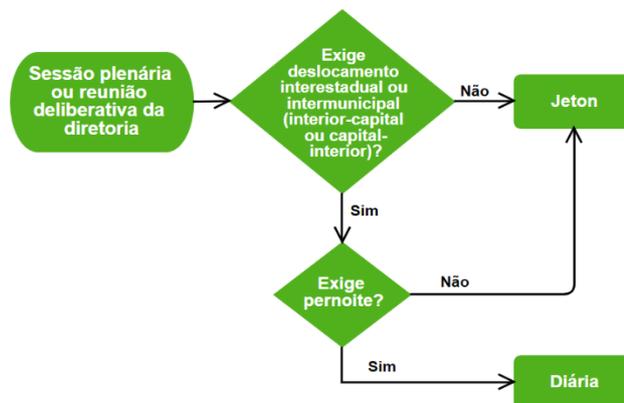
Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



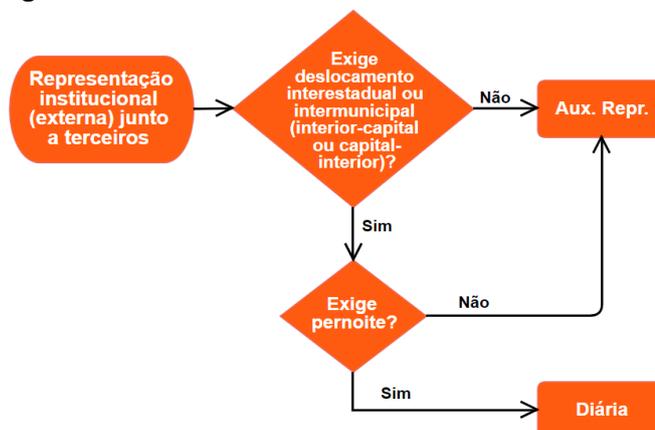
Jetons

O pagamento de jeton deve se restringir às hipóteses de comparecimento a sessões de plenário e a reuniões de diretoria com caráter deliberativo (Acórdão 549/2011-TCU-2ª Câmara), razão pela qual é devido somente aos conselheiros, nas ocasiões em que não forem devidas diárias, conforme segue:



Auxílio Representação

O auxílio representação é uma modalidade de indenização utilizada para cobrir despesas com alimentação e deslocamento urbano decorrentes das atividades externas de representação institucional junto a terceiros, realizadas por conselheiros ou representantes formalmente designados.



✓ **Opinião**

Constatamos que o Regional realiza, através da atuação da Comissão de Tomadas de Contas, do Encarregado do Setor Financeiro e do Assistente Contábil, o controle sobre a concessão de valores de ajudas de custos e diárias.

Analisamos as despesas com diárias e jetons dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os controles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados, carecendo de melhoria apenas na formalização dos controles.

7. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de fevereiro, julho, setembro e dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
- Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
- Analisamos as férias pagas;
- Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
- Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
- PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;

✓ **Integridade/Segurança**

A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.

✓ **Opinião**

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

8. LICITAÇÕES

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos, para com base em critérios estabelecidos no Planejamento de Auditoria, estratificamos aqueles que foram objetos de apontamentos, em proporções que passamos a demonstrar.

✓ **Base Legal Utilizada:**

1. Compor as comissões permanentes de licitação, conforme disposto no art. 51, caput, da Lei no 8.666/1993;
2. Constem as assinaturas devidas, em atendimento ao disposto art. 43, § 1o, in fine, da Lei no 8.666/1993;
3. Emissão de nota de empenho Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2001;
4. Acompanhar e fiscalizar o contrato, consoante o disposto no art. 67 da Lei no 8.666/1993;
5. Observe o correto sequenciamento das peças dos autos de processos licitatórios e a devida numeração sequencial das folhas, nos termos dos arts. 4o, parágrafo único, 38, caput e seus incisos, e 60, caput, da Lei no 8.666/1993, **Acórdão TCU 1257/2004 Plenário;**
6. Comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 Lei 8.666;
7. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços artigo 71 da Lei no 8.666/1993;
8. Avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar incorreta inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção ao art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993;
9. A redução ou ampliação de quantidades está sujeita aos limites do art. 65, § 1º. A alteração da qualidade não poderá alterar substancialmente o objeto licitado;
10. Inexecução e rescisão do contrato, bem como das sanções em caso de inadimplemento, conforme estabelecem os arts. 54, §1o e 55 da Lei no 8.666/93;

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito aos processos licitatórios, em acordo com a legislação vigente. A metodologia aplicada pelo setor nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

Enfatizamos apenas para o uso da modalidade Dispensa de Licitação, uma vez que há outras modalidade possíveis, destacamos que a licitação visa à seleção da proposta mais vantajosa e que, em regra, a modalidade pregão na sua forma eletrônica permite maior competição entre

os interessados em contratar e, conseqüentemente, a obtenção de menores preços, deve ser adotada sempre que possível.

9. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

10. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 28 (vinte e oito) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho Regional de Psicologia – CRP/SP**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

São Paulo/SP, 24 de agosto de 2021.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/0


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S"SP

Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S"SP


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 "S"SP



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br